

O contexto histórico da implantação do Serviço Social no Rio Grande do Sul

(The Historical Context of Implementation of Social Work in Rio Grande do Sul)

Leonia Capaverde Bulla*

Resumo – Este artigo trata das circunstâncias históricas ligadas às origens do Serviço Social no Rio Grande do Sul, estabelecendo relações entre a nova profissão e as políticas sociais, que estavam sendo implantadas nas décadas de 1930 e 1940, em nível nacional e regional. Avalia, também, o Serviço Social em seu processo de reconhecimento como profissão, dando destaque à fundação da Escola de Serviço Social de Porto Alegre.

Palavras-chave – História do Serviço Social. Políticas sociais. Profissionalização.

Abstract – This article is the historical circumstances linked to the origins of the Social Work in Rio Grande do Sul, establishing relationships between the new profession and the social politics, that they were being implanted, in the decades of 1930 and 1940, in national and regional level. It evaluates, also, the Social Work in its recognition process as profession, giving prominence to the foundation of the School of Social Service of Porto Alegre.

Key words – History about Social Work. Social Politics. Professionalization.

Introdução

A institucionalização do Serviço Social no Brasil, como profissão, está ligada a circunstâncias históricas concretas: o contexto do desenvolvimento capitalista europeu e norte-americano, o agravamento da questão social em fins do século dezanove e os conseqüentes embates políticos, ideológicos e sociais. Os pioneiros do Serviço Social estavam ligados, em geral, às instituições assistenciais e a grupos cristãos (católicos ou protestantes), partidários da reforma social.

A profissionalização do voluntário da assistência se inseria no processo da divisão social do trabalho, numa fase do desenvolvimento capitalista, em que se tornavam necessárias medidas mais efetivas de preservação da ordem social e do próprio sistema. O Serviço Social surgia como uma dessas medidas, mas situado num complexo mais amplo de implementação

* Artigo recebido em 15.07.2007. Aprovado em 19.11.2007.

* Professora titular da Faculdade de Serviço Social da PUCRS – Porto Alegre/RS - Brasil, Assistente Social, Mestre em Serviço Social pela Universidade Laval, Quebec – Canadá; Doutora em Ciências Humanas – Educação, pela UFRGS e Pós-Doutora em Serviço Social pela Universidade de Kassel, Alemanha; pesquisadora do CNPq.

de políticas sociais pelo “Estado capitalista”. Essas questões serão discutidas ao longo deste artigo.

1 As experiências pioneiras de Serviço Social

Mesmo nas instituições privadas, desde a segunda metade do século XIX, já se iniciara a racionalização da assistência. Na Inglaterra, a partir de 1869, e nos Estados Unidos, a partir de 1870, foram sendo criadas as Sociedades de Organização da Caridade que coordenavam inúmeras instituições sociais, faziam campanhas de fundos e introduziam a racionalização em todas as iniciativas de controle e assistência à pobreza. Nesses países, o Serviço Social, como profissão, nascia ligado a essas instituições, aproveitando-se das experiências por elas acumuladas na área assistencial. A fundação de Escolas de Serviço Social aconteceu posteriormente, ligada à necessidade de preparação de pessoal competente para as atividades voltadas à assistência e de sistematização dos conhecimentos profissionais específicos. No Brasil, encontrando condições sociais diferentes, a nova profissão assumiu características peculiares, que vão marcar seu desenvolvimento e que ajudam a compreender suas limitações posteriores.

O Serviço Social surgiu na década de 1930, num momento de grandes transformações na sociedade brasileira. Até 1930, o País se caracterizava por uma economia agrário-exportadora. As transformações na estrutura econômica e política do País foram aceleradas com a Revolução de 30 e permitiram uma intensificação no processo de industrialização nacional. A classe operária começava apenas a se organizar para reivindicar melhores condições de vida e de trabalho

O primeiro núcleo de Serviço Social brasileiro foi fundado em 1932, em São Paulo, onde se concentrava a maior parte do parque industrial nacional e, logo depois, em 1936, surgiram as primeiras experiências do Rio de Janeiro (LIMA, 1982). Aos primeiros assistentes sociais brasileiros coube a tarefa de batalhar pela criação de instituições sociais, organizar e racionalizar a assistência, construir uma profissão e preparar os novos profissionais. Tudo devia ser iniciado e desenvolvido ao mesmo tempo, seguindo um modelo importado do estrangeiro, o que era, aliás, uma das características da sociedade brasileira, historicamente dependente de países hegemônicos, tanto no domínio econômico, como no tecnológico, científico e cultural.

A implantação do Serviço Social no Rio Grande do Sul aconteceu na década seguinte a da sua chegada ao Brasil. Como Estado periférico, dependente do mercado nacional

brasileiro e, principalmente, do poder central, o Rio Grande do Sul tendia a refletir o que acontecia no eixo formado pelos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo. Essas relações de subordinação e dependência, mais evidentes no nível político e econômico, também exerceram influência em outras áreas da vida social, introduzindo mudanças nos padrões culturais, nas produções artísticas e intelectuais, nos valores e nas visões de mundo.¹

Em relação ao surgimento do Serviço Social, também se observou essa tendência. Assim, muitas das características e contradições do Serviço Social exercido em São Paulo e no Rio de Janeiro são encontradas no Serviço Social gaúcho da década de 1940. Documentos da época, entretanto, apontam para algumas especificidades do Serviço Social do Rio Grande do Sul, correspondentes a circunstâncias históricas e regionais diferentes, mas integrando as experiências do centro do País e que serão debatidas a seguir.

2 O contexto da implantação das políticas sociais

Como em São Paulo e no Rio de Janeiro, no Rio Grande do Sul o Serviço Social nasceu ligado à Igreja Católica. A idéia de sua implantação e de fundação de uma “escola” para a formação dos novos profissionais para essa atividade surgiu na V Semana de Ação Social de Porto Alegre, promovida pela Igreja Católica, em 1944.

Embora o Serviço Social se propusesse a atuar junto às camadas desfavorecidas da população, em que se inclui a classe trabalhadora, a implantação desse serviço não foi uma resposta a uma reivindicação do operariado. Na época, a organização dos trabalhadores era incipiente. As políticas sociais foram, de certa forma, outorgadas pelo governo populista de Vargas e tiveram um caráter de antecipação e de cooptação do trabalhador, em favor da harmonia entre as classes e do desenvolvimento capitalista. O trabalhador, embora tenha realizado vários movimentos reivindicatórios, não conseguiu, apenas com sua força, uma política social que o beneficiasse.²

¹ Discutindo a relação de dependência histórica do RS com o centro do País, Lucas explica que essa relação também ocorre entre os países periféricos e os países hegemônicos, no desenvolvimento capitalista. A subordinação da produção material tende a se expandir para outras áreas. As nações periféricas acabam importando e adotando como seus os padrões culturais alheios a sua própria realidade (LUCAS, 1980).

² Segundo Genro, a classe operária gaúcha, não chegou a “dividir as classes dominantes, a ponto de alguns dos seus segmentos lhe fazerem concessões de maior significação”, mas também não foi uma “espectadora passiva do processo político” nas três primeiras décadas do século XX, podendo ser arrolados vários movimentos grevistas e agitações por trabalhadores naquele período. Não conseguiram, entretanto, uma presença decisiva nas lutas sociais. Faltavam-lhes condições, em número, em experiência, em organização, em suma, não tinham “peso na sociedade” e careciam “de uma direção conseqüente com uma política correta de alianças” (GENRO, 1980, p. 111).

Em São Paulo, o Serviço Social começou a ser implantado nos meios católicos, através do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), criado em 1932. Com a fundação da Escola de Serviço Social,³ em 1936, os novos profissionais passaram a ser requisitados pelas instituições estatais.

A implantação do Serviço Social não foi, portanto, uma iniciativa governamental, embora tenha recebido seu apoio, nem foi a maturação do movimento assistencial. Sua implantação deveu-se ao interesse de lideranças e instituições de inspiração católica.

Um estudo desenvolvido por Rodrigo (1983), demonstrou que, no Rio Grande do Sul, também, a assistência social esteve ligada, por muito tempo, às instituições religiosas, que contavam com recursos e o trabalho de leigos, geralmente voluntários e que, eventualmente, recebiam subvenções estatais. Não havia, na época, uma política estadual de assistência, mas apenas alguns critérios para a ação beneficente do Estado.

Como nos outros Estados, aqui se verificava uma prevalência das entidades particulares, tomando conta da assistência e da educação. A doutrina positivista, com fortes raízes no Estado em fins do século XIX e primeiras décadas do século XX, só aceitava a intervenção direta do Estado na economia e em outras áreas da vida social quando se tratava de um serviço considerado público, ou quando a atividade de particulares dependesse de concessão de privilégios.

O Estado era concebido como “a instituição necessária para remover os entraves ao livre desenvolvimento das forças econômicas e proteger a produção, sem que, contudo, fosse ele próprio um produtor”, explica Pesavento (1988, p. 103).⁴ A ele cabia administrar, cobrar impostos, fornecer meios de comunicação e transportes baratos para a circulação de mercadorias, considerada importante para a economia gaúcha, baseada, naquela época, na comercialização dos produtos da agropecuária.

Para deixar livre o jogo das forças econômicas, as questões trabalhistas deveriam ser diretamente resolvidas entre trabalhadores e patrões, harmonizando os seus interesses, com o objetivo de preservar a ordem social. Defendia-se o ideário da solidariedade entre as classes, mas o que se pretendia, na realidade, era assegurar os interesses dos detentores do capital e o desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul.

³ A Escola de Serviço Social de São Paulo foi a primeira escola de Serviço Social do Brasil e, atualmente, integra a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP.

⁴ Os republicanos gaúchos recolheram os princípios positivistas que melhor se adequavam às aspirações e aos problemas locais, adaptando-os e incorporando-os a sua proposta política. Assim, ao mesmo tempo em que defendiam o direito de propriedade e davam garantia à iniciativa privada, atribuíram ao Estado um papel autoritário “refrear os impulsos da desordem social e da contestação ao programa político-partidário, eliminar os entraves que antepusessem à acumulação, promover os meios para obtenção do progresso social” (PESAVENTO, 1988, p. 103).

Essa idéia de Estado, “independente e equidistante dos interesses econômicos privados e setoriais”, foi sofrendo alterações no final da República Velha gaúcha, iniciando-se um processo de apoio governamental a setores da economia riograndense.⁵ O Rio Grande do Sul destacava-se, desde o início do século vinte, pela sua produção agropastoril, destinada ao mercado nacional. O surgimento da indústria, em fins do século dezenove, não conseguiu alterar a forma de inserção do Estado gaúcho na economia nacional. Mantiveram-se tanto o caráter subsidiário de sua economia em relação ao centro do País como a dependência própria de um estado periférico, observada em várias outras áreas da vida social.

As sucessivas crises que abalaram a economia do Estado nas três primeiras décadas do século passado e a debilidade da iniciativa privada levaram os últimos governos estaduais da República Velha, em especial o de Getúlio Vargas, a assumir uma nova postura. Implantaram um “Estado providencial e paternalista, intervencionista e interessado em estabelecer o progresso mesmo que isso significasse um recuo da herança positivista”, como avalia Pesavento (1980, p. 44).

A partir da Revolução de 30, essa tendência intervencionista do Estado foi-se acentuando progressivamente. A crescente interferência do Estado na economia⁶ era, aliás, um fenômeno que estava ocorrendo em nível mundial, após a crise de 1929. Nessa época, foram realizadas as primeiras mudanças institucionais, em âmbito nacional, necessárias ao desenvolvimento capitalista.

O Governo Federal aumentou a abrangência de sua ação, passando a determinar as diretrizes gerais do processo de desenvolvimento, visando à integração da economia nacional. Esse processo de centralização obrigou as unidades regionais a se adaptarem às regras que reduziam progressivamente a sua autonomia, embora se defrontassem com a resistência de vários setores das sociedades regionais.

⁵ Boeira explica que a faceta “não intervencionista do Estado” de inspiração comtiana vinha sendo respeitada desde a Proclamação da República, mas, por uma série de circunstâncias, teve que ser abandonada progressivamente. As encampanções da ferrovia e do porto de Rio Grande e a criação do Banco do Estado, favorecendo áreas particulares da economia gaúcha, foram citadas como exemplo de quebra de princípio positivista. No final da República Velha gaúcha, o positivismo perdia sua influência. Como diz o autor, naquela época, outras correntes de pensamento passaram a disputar a atenção e a adesão da opinião pública e a exercer certa influência no governo estadual, ou seja, “o liberalismo da aliança libertadora, o socialismo do movimento operário e mesmo os vagos ideais sociais da reação católica” (BOEIRA, 1980, p. 44).

⁶ Referindo-se às funções do Estado, Goldmann demonstrou que na sociedade capitalista liberal essas funções eram reduzidas ao mínimo. Os problemas decorrentes da Primeira Guerra Mundial levaram alguns países a uma intervenção decisiva do Estado na vida econômica. A grande crise estrutural da economia capitalista se manifestou, entretanto, durante o período de 1929 a 1933, trazendo como conseqüência uma penetração cada vez maior do Estado na vida econômica (GOLDMANN, 1984).

3 A implantação de políticas sociais em nível regional

Entre as medidas institucionais que visavam à expansão industrial e à acumulação capitalista, situaram-se aquelas orientadas para a promoção e controle da massa trabalhadora. As relações capital-trabalho eram conflituosas e os movimentos reivindicatórios das organizações operárias se tornavam cada vez mais combativos.

A regulamentação das condições de trabalho atendia às antigas reivindicações dos trabalhadores, e, ao mesmo tempo, aos compromissos internacionais assinados pelo Brasil com o objetivo de prevenir as agitações consideradas esquerdistas, que poderiam tornar-se incontroláveis. Era necessário criar um clima propício ao desenvolvimento do País, só possível com a “harmonia” e a “paz social”. Esses foram os objetivos das políticas sociais levadas adiante pelo governo populista de Vargas. As unidades regionais deveriam articular-se para o cumprimento das determinações federais.

A criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em 1930, e das Inspetorias Regionais, em 1932, estabeleceu os mecanismos de fiscalização do cumprimento das leis sociais.⁷ Registrou-se, na época, a oposição de vários setores gaúchos à intervenção do Estado na questão trabalhista, mas a maior resistência à aplicação da legislação social partiu do empresariado urbano, que burlava sistematicamente as leis, contando com a omissão da Inspetoria Regional do Trabalho.

Insatisfeitos com a situação, os trabalhadores organizaram vários movimentos reivindicatórios e estruturaram, em 1933, a Federação Operária do Rio Grande do Sul, considerada responsável pela radicalização dos movimentos. Em resposta, o governo passou a reprimir com violência as manifestações dos trabalhadores e a prender seus líderes, situação que se tornou mais grave durante o Estado Novo. Com a revogação da Constituição, o fechamento do Congresso, a dissolução dos partidos políticos, foram eliminadas as garantias democráticas de cidadania, permitindo que o Rio Grande do Sul se tornasse um “estado policialesco, transgredindo os direitos dos cidadãos, que até para viajar a outra cidade necessitavam de salvo-conduto ou de cartão da polícia” (FLORES, 1968, p. 98).

Nesse contexto, houve um enfraquecimento das organizações operárias, reprimidas em seus movimentos, com seus sindicatos atrelados ao Estado e cooptadas pelas medidas de política social, que estavam sendo colocadas em prática com a costumeira lentidão

⁷ As Inspetorias Regionais, criadas e regulamentadas por Decretos Federais, eram destinadas a superintender os serviços que competiam aos departamentos e a fiscalizar o cumprimento das leis e regulamentos do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em âmbito regional (FEE, 1983).

burocrática. Por outro lado, floresciam os círculos e federações operárias católicas que, baseados nos princípios de solidariedade entre as classes sociais, lutavam contra a infiltração comunista nos sindicatos operários, fazendo eco às medidas governamentais relativas aos trabalhadores.

No Rio Grande do Sul, foi sendo encaminhado, com atraso em relação ao centro do País, o processo de aplicação das leis trabalhistas e previdenciárias, determinadas pelo governo da União, dependendo, geralmente, da criação de delegacias e agências federais nos Estados, como foi o caso dos Institutos de Aposentadorias e Pensões, criados para atender aos trabalhadores por categorias específicas. A margem de autonomia deixada pelo governo federal aos governos estaduais era muito limitada em termos de Política Social, nesse período marcado pela centralização do poder decisório nas mãos do governo federal, em especial naqueles setores ligados diretamente ao processo de acumulação: o trabalho e a previdência.

Algumas realizações do governo estadual podem, entretanto, ser citadas, como a criação do Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul, em 1931, beneficiando os funcionários públicos estaduais, até então atendidos pela Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Funcionários Públicos do Estado.

Atendendo à determinação federal de estruturação e rearticulação dos órgãos públicos, foi criada, em 1935, a Secretaria de Educação e Saúde Pública do Rio Grande do Sul, que, entre muitas outras atribuições, passou a gerenciar a distribuição de subvenções e auxílios definidos pelo orçamento estadual, relativos à Educação, à Saúde Pública e à Assistência Social. Nessa época, foram realizadas, no Estado, várias reformulações na política educacional, entre elas, a nacionalização do ensino, em conformidade com a política nacionalista do governo federal. Visavam-se, especialmente, às colônias italianas e alemãs, que possuíam sua organização escolar particular e ministravam o ensino em seu próprio idioma.

Considera-se importante, nesse período, a atuação de Alberto Pasqualini,⁸ inspirador das iniciativas do governo do Rio Grande do Sul na área social. Em sua proposta de Política Social para o Rio Grande do Sul, ele defendia a incorporação das populações “marginalizadas” à vida econômica, a assistência às crianças e adolescentes em situação de abandono e o auxílio às entidades privadas de Assistência Social.

⁸ Alberto Pasqualini defendia a idéia de um “capitalismo solidarista”, que tinha por objetivo a mudança da ordem social nacional, orientando-a pelos princípios da justiça social, numa associação de valores cristãos com idéias socialistas. Nesse ponto, Pasqualini se aproxima do reformismo proposto pelas correntes do catolicismo social (PASQUALINI, 1979).

Na área de Saúde Pública, é importante fazer-se referência ao Código Sanitário de 1938, que estipulava, entre outras, as regras de profilaxia das doenças contagiosas e das endemias rurais, tratava do saneamento e da política sanitária; estabelecia as normas sobre os locais de trabalho e a proteção do trabalhador; fixava as normas de controle e a conservação de alimentos; determinava a reorganização dos serviços de higiene e saúde; estabelecia a organização das estatísticas de saúde e a fiscalização do exercício das profissões da área.

Na área de habitação, foi significativa a criação da Fundação da Casa Popular, em 1946, em âmbito federal, com importantes repercussões em nível estadual. Até então, havia no Estado o sistema de construção de casas de operários pelas próprias indústrias, e começava a ser implantado o sistema de habitação popular, ao encargo dos Institutos de Aposentadoria e Pensões, sendo o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI) o primeiro a iniciar a construção de uma vila popular em Porto Alegre.

Foi importante também, para o Estado, a instalação, em nível regional, de instituições organizadas com uma estrutura nacional. A Legião Brasileira de Assistência (LBA) foi criada em 1942 para colaborar com o Estado na prestação de serviços assistenciais, ocupando-se, nos primeiros anos, com a assistência às famílias dos brasileiros que combatiam na Segunda Guerra Mundial. Com o final da guerra, voltou-se para a atuação beneficente junto à população mais necessitada, especializando-se mais tarde no atendimento à maternidade, à infância e à família.

A LBA tornou-se, em âmbito nacional, e no Rio Grande do Sul, um importante campo de prática do Serviço Social. Foi significativa ainda a criação, no Rio Grande do Sul, dos Departamentos Regionais do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), do Serviço Social da Indústria (SESI) e do Serviço Social do Comércio (SESC). Analisando criticamente as origens dessas instituições, Iamamoto e Carvalho apontam como seus objetivos a formação da mão-de-obra e a reprodução da força de trabalho, necessárias ao processo de acumulação capitalista (IAMAMOTO; CARVALHO, 1983).

Fazendo uma retrospectiva da Política Social no Rio Grande do Sul, verifica-se que as ações do Estado, na área social, não foram muito efetivas, no período em estudo. De um lado, colocavam-se as organizações particulares, em especial as orientadas pela Igreja Católica, que vinham assumindo quase todo o tipo de assistência ao trabalhador e ao desamparado: pobres, velhos, doentes, menores abandonados, etc. De outro lado, surgiram as medidas federais centralizadoras, assumindo o controle das ações relativas ao trabalho e ao capital, que influíam diretamente no processo de acumulação capitalista. Restava um pequeno espaço de

atuação para o governo estadual que, lentamente, foi assumindo algumas responsabilidades na área social.

O Estado não conseguia atender, contudo, as necessidades sociais e educacionais da população mais carente, que vivia à margem do desenvolvimento econômico. Crescia o êxodo rural e os centros urbanos inchavam, dando lugar aos aglomerados de subabitação, coincidindo com o processo de aceleração do crescimento industrial.⁹ O papel das instituições particulares, em especial o das obras assistenciais, continuava importante.

O Estado, não conseguindo cumprir o seu papel social e desobrigando-se, em parte, do cumprimento de suas funções, permitia que se criassem essas instituições de assistência social e, na medida do possível, até as estimulava com algumas concessões. Houve, na realidade, um notável incremento de obras assistenciais, em especial das particulares, a partir da década de 1940, tentando fazer frente às crescentes necessidades da população menos favorecida. Não lograram, contudo, uma melhoria significativa na qualidade de vida dessa população. O problema assistencial só passou a ser assumido de forma mais efetiva pelo Estado gaúcho, bem mais tarde, no fim da década de 1950, com a criação da Secretaria do Trabalho e Habitação.¹⁰

Com o aumento quantitativo das instituições sociais, na década de 1940, foram-se tornando mais evidentes os problemas que há muito acompanhavam o movimento assistencial: a falta de coordenação e de intercâmbio das instituições sociais, com a conseqüente dispersão de esforços e a malversação dos recursos públicos e privados aplicados.

⁹ Um diagnóstico de várias regiões do Estado, apresentado pelo político gaúcho Alberto Pasqualini, em 1944, registra o empobrecimento da população marginalizada da vida econômica, justificando a necessidade urgente de medidas de assistência, apontadas em detalhes no seu Programa de Assistência Social (PASQUALINI, 1983, p. 231). O historiador Spalding faz referência ao grande crescimento das vilas de malocas em Porto Alegre, na década de 1930, coincidindo com a industrialização e o aumento das desigualdades sociais. Afirma que as malocas eram raras até 1930, mas que ressurgiram “violentas e ostensivas” depois de 1935, estendendo-se por toda a cidade, em terrenos baldios e arrabaldes, “dando-lhes um aspecto de ruína e desolação em meio de ostentações que se manifestam em alterosos edifícios, largas avenidas e multidões de automotores cruzando-as” (SPALDING, 1967, p. 302).

¹⁰ A Secretaria do Trabalho e Habitação foi criada em 1959 com as seguintes atribuições: prestar assistência ao trabalho, ao trabalhador e às suas organizações; colaborar com a Justiça do Trabalho e com o Ministério do Trabalho, nos dissídios, para manter a paz social; tomar medidas para evitar o desemprego e promover a colocação de mão-de-obra disponível; promover a solução do problema da habitação, facilitando a construção e aquisição da casa própria; prestar amparo aos menores; promover a recuperação da juventude abandonada; colaborar com as entidades de classe, promovendo a criação de centros de recreação e de cultura social das classes operárias; e firmar convênios com as autoridades federais, estaduais e municipais, para perfeito cumprimento de suas finalidades, após competente autorização (RODRIGO, 1983).

4 Os primórdios do Serviço Social no Rio Grande do Sul

A V Semana de Ação Social, ocorrida em Porto Alegre, em 1944, foi um marco importante na implantação do Serviço Social no Rio Grande do Sul. Nesse evento, organizado pelas lideranças intelectuais católicas em que se debatiam “os problemas sociais contemporâneos”, a solidariedade e a justiça social foram temas recorrentes.¹¹ Nesse contexto, foram discutidos assuntos ligados às instituições sociais mantidas pelas organizações católicas, como a participação da sociedade em campanhas de angariação de fundos para essas instituições e a necessidade de organização e de racionalização da assistência que se fazia sentir. Foram debatidas, também, as propostas de trabalho desenvolvidas junto às instituições assistenciais realizadas pelos assistentes sociais, formados pelas Escolas de Serviço Social de São Paulo e Rio de Janeiro.¹²

A proposta para a nova profissão que se pretendia organizar em território gaúcho, tinha em seu cerne a idéia de superação da assistência, trazida do centro do país. Na crítica de Faleiros (1976), essa proposta estava impregnada de uma forte visão terapêutica, individualizante e, de certa forma, ingênua das questões sociais, pois não levava em conta os antagonismos da sociedade capitalista.¹³ Partindo dessa negação, a prática concreta dos novos profissionais tenderia a camuflar ou minimizar esses antagonismos, daí derivando algumas das contradições do nascente Serviço Social.

A partir da V Semana de Ação Social, passou-se a discutir a possibilidade de fundar em Porto Alegre, junto às Faculdades Católicas, então existentes, uma Escola que formasse pessoal para a nova profissão, o Serviço Social.¹⁴ As providências tomadas culminaram com a fundação da Escola de Serviço Social de Porto Alegre, em 25 de março de 1945, sendo vinculada às Faculdades Católicas.¹⁵

¹¹ As Semanas de Ação Social eram promovidas, em vários países do mundo, por lideranças católicas. As duas primeiras “semanas brasileiras” foram realizadas no Rio de Janeiro (1936 e 1937). A 3ª Semana teve lugar em Recife (1939) e a 4ª Semana se realizou em São Paulo (1940). Depois da Semana de Ação Social, realizada em Porto Alegre (1944), realizaram-se as semanas de Salvador (1946), de Recife (1948), de Belo Horizonte (1950) e de Curitiba (1951).

¹² A Escola de Serviço Social do Rio de Janeiro fazia parte do Instituto Educação Familiar e Social, fundado em 1937 e, mais tarde, foi integrada à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUCRJ.

¹³ Segundo Faleiros, essa visão terapêutica considerava a questão social como uma enfermidade que deveria ser diagnosticada e tratada, a partir do indivíduo, ocultando as contradições do modo de produção capitalista (FALEIROS, 1976).

¹⁴ Mário Reis, da liderança católica gaúcha, ficou particularmente motivado com a proposta do Serviço Social e passou a liderar as iniciativas relativas à criação da Escola de Serviço Social, do qual foi o primeiro diretor.

¹⁵ Em 1948 foi criada a Universidade Católica do Rio Grande do Sul, constituída pelas 4 faculdades pioneiras: Filosofia, Ciências Políticas e Econômicas, Direito e Serviço Social. Em 1950, foi concedido o título de Pontifícia à Universidade, que passou a denominar-se Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

As concepções iniciais da nova profissão, o Serviço Social, de orientação católica, vieram do Rio de Janeiro.¹⁶ A discussão das idéias e o apoio para a sua concretização vieram dos intelectuais católicos gaúchos presentes à V Semana de Ação Social.¹⁷ A influência da Escola de Serviço Social de São Paulo foi veiculada, mais tarde, pelos seus professores que vieram lecionar na Escola de Serviço Social de Porto Alegre. As escolas do Rio de Janeiro e de São Paulo haviam sofrido a influência direta do pensamento europeu, através de assistentes sociais franceses e belgas que trabalharam nessas escolas, e de brasileiros, que estudaram na Europa e que voltaram para atuar naqueles cursos.¹⁸

Todas as pessoas que, de uma forma ou outra, participaram da trajetória inicial da Escola de Serviço Social de Porto Alegre possuíam, em comum, uma visão cristã de mundo e uma preocupação especial com os problemas sociais. Para dar continuidade à orientação filosófica e cristã do Serviço Social, foram tomadas várias providências. Entre elas se situam as discussões com os Irmãos Maristas, visto que se desejava manter a escola no ambiente das Faculdades Católicas, com o objetivo de “assegurar a formação cristã, o ambiente, os bons professores, porque era a linha das escolas da França e do Instituto Social do Rio”.¹⁹

Nesta análise, algumas questões precisam ser retomadas, especificando o processo de difusão das visões de mundo da nova Escola de Serviço Social. A orientação pela Doutrina Social da Igreja não era específica da Escola de Serviço Social de Porto Alegre. Sua visão de mundo, de educação e do social vinha do Rio de Janeiro e de São Paulo que, por sua vez, reproduziam as concepções e ideologias vindas de Escolas de Serviço Social da Bélgica e da França, orientadas pela UCISS (União Católica Internacional de Serviço Social), que exercia muita influência na América Latina e no Brasil, através de publicações, congressos e assessoria direta às Escolas de Serviço Social (VIEIRA, 1983).

¹⁶ A assistente social Aylda Pereira, professora do Instituto de Educação Familiar e Social do Rio de Janeiro, participou da V Semana de Ação Social de Porto Alegre, trazendo as propostas do Serviço Social e passou a mediar os contatos posteriores entre Mário Reis e o Instituto, tendo em vista a criação da nova Escola de Serviço Social em Porto Alegre.

¹⁷ Entre os intelectuais católicos presentes à V Semana de Ação Social de Porto Alegre podem ser citados Ernani Fiori, Carlos de Brito Velho, Laudelino Medeiros, Eloy José da Rocha, Rui Cirne Lima, Casado Gomes e Mário Reis, cabendo a esse último as iniciativas concretas relativas à criação da escola.

¹⁸ Em seu discurso, pronunciado por ocasião da formatura da 1ª turma da ESSPA, Mário Reis faz referência à contribuição das Escolas de Serviço Social do Rio de Janeiro e de São Paulo (REIS, 1948). Quanto à influência franco-belga no Serviço Social brasileiro, convém lembrar que, em 1932, veio de Bruxelas a professora da Escola Católica de Serviço Social para realizar, em São Paulo, um curso intensivo de formação social, ponto de partida para a criação do Centro de Estudos e Ação Social e da primeira Escola de Serviço Social do Brasil, em São Paulo, em 1936. Por outro lado, a Escola de Serviço Social do Rio de Janeiro originou-se do Instituto de Educação Familiar e Social, que foi dirigido, durante muitos anos, pela francesa Germaine Marsaud, que muito contribuiu para a organização da Escola de Serviço Social de Porto Alegre.

¹⁹ Depoimento de Aylda Pereira Reis e Mário Reis, em entrevista realizada em 1987, citado por Reali (1989, p. 50).

Por outro lado, estando ligada, por sua visão de mundo, às elites católicas gaúchas, às Faculdades Católicas e a outras organizações da mesma confissão religiosa, a nova Escola adotava as posições da Igreja Católica Brasileira relativas à questão social, assumia suas lutas, incorrendo também em suas limitações.

No pensamento da Igreja, a solução para a questão social encontrava-se na restauração moral e social da sociedade, segundo os princípios cristãos. Na restauração moral, cabia um papel primordial à família, considerada “célula-mãe da sociedade”, primeira educadora e inculcadora dos valores cristãos. Mas é importante assinalar que não só a família (que a Igreja pretendia recristianizar), mas também o trabalho, a educação, a política e todos os aspectos da vida social.

Na avaliação de Cury (1984), o movimento tinha um cunho de “messianismo religioso”, que se propunha a batalhar pela salvação nacional contra a avanço das forças liberais e comunistas. Para isso, tornava-se necessário estimular as elites cristãs a participar de todos os ramos de atividades sociais, econômicas e políticas, incluindo entre seus objetivos, o de “recristianizar o capitalismo, reorganizando-o sob princípios ético-religiosos e sanando-o de seus males individualistas e desenfreados” (CURY, 1984, p. 178).

Funcionando ligada às Faculdades Católicas, tornava-se mais viável a tarefa de escolha dos professores de “orientação cristã”, os quais faziam parte do corpo docente das próprias faculdades. O grupo da Ação Católica preocupava-se com a justiça social e se empenhava na transformação cristã da realidade. Ele transportou para o Serviço Social o método da Ação Católica, com suas exigências de reflexão e o confronto com a realidade. Esse exercício pode ter contribuído para acelerar o processo de “elaboração crítica” (GRAMSCI, 1986, p. 12), que permitiu a introdução de novas concepções na nascente Escola de Serviço Social.

Na Ação Católica, os que seguiram um processo semelhante abriram-se a novas influências, que propiciaram o rompimento com o pensamento tradicional e deram origem, mais tarde, ao movimento da Teologia da Libertação. No Serviço Social, a reflexão e a crítica das concepções prepararam também o terreno para novas influências, que levaram ao questionamento da profissão, de seu saber, dos seus fundamentos e valores, de seus métodos e técnicas, a partir da década de 1960.

Esse processo de elaboração crítica da concepção de mundo e de escolha das formas coerentes de agir diante da realidade levou os assistentes sociais a desejar “participar ativamente na produção da história do mundo, ser o guia de si mesmo e não aceitar do exterior, passiva e servilmente, a marca da própria personalidade” (GRAMSCI, 1986, p. 12).

5 A institucionalização do Serviço Social como profissão no Rio Grande do Sul

Os primeiros profissionais formados pela Escola de Serviço Social de Porto Alegre assumiram o risco e o desafio de construir com os fundadores, no Estado, a profissão de Serviço Social, uma atividade leiga, secular, com uma preocupação humanista de justiça social.²⁰ Para a adoção dessa postura, foi importante a contribuição do pensamento filosófico e político de Jacques Maritain, neotomista, que na época exercia notável influência no catolicismo brasileiro e mundial, com suas teses sobre o humanismo integral (MARITAIN, 1936).

Os que se dedicavam a alguma ação social procuravam na Escola de Serviço Social uma forma de realizar sua ação de uma maneira mais adequada, que se costumava denominar de racionalização da assistência. Era uma busca de superação das velhas formas de ajuda e de filantropia, com base no “saber-fazer” da experiência e da tradição, de acordo com os modernos conhecimentos científicos sobre o homem, as organizações e a sociedade.²¹

Essa busca da racionalidade na assistência, embora presente desde as origens do Serviço Social, tornava-se uma necessidade premente no tempo, década de 1940, e no espaço, o Rio Grande do Sul, onde a nova profissão pretendia se desenvolver. O Serviço Social se instalara no centro do País na década anterior, sob a influência européia. As circunstâncias históricas e econômicas da década de 1940 foram propícias à entrada de outra forte influência no Serviço Social do Brasil, a norte-americana.

No Rio Grande do Sul, as influências franco-belgas foram muito fortes na implantação da Escola de Serviço Social, mas a inspiração americana se interpôs logo a seguir. Essa nova influência propiciaria, como em todo o Brasil, a passagem de uma postura mais vocacional e apostólica, com bases humanistas e cristãs, para uma outra, mais profissional, que se pretendia orientar pela racionalidade científica e pelo aprimoramento técnico.

Nessa passagem de uma postura para outra, não houve rupturas radicais, mas uma justaposição inicial das orientações européias e americanas e um aumento gradativo dessa última. Até o fim da década de 1950, permanecia muito viva no Serviço Social a influência da filosofia neotomista e dos princípios cristãos de respeito à dignidade da pessoa humana, igualdade, liberdade e justiça que, segundo Almeida (1978), fundamentavam o modelo franco-belga de ação social. Na prática, foram sendo introduzidas as novas formas de agir,

²⁰ Depoimento 11 de ex-aluna e professora da Faculdade de Serviço Social da PUCRS, em entrevista realizada em 1990.

²¹ Depoimento 11 de ex-aluna e professora da Faculdade de Serviço Social da PUCRS, em entrevista realizada em 1990.

com base nas experiências e na bibliografia americana, importada dos Estados Unidos, iniciando-se uma fase de muita ênfase nos conteúdos técnicos e metodológicos.

Os assistentes sociais gaúchos das primeiras turmas assumiram a árdua tarefa de introduzir mudanças nas ações assistenciais no Estado, de fazer conhecida e valorizada uma profissão, lutando por um espaço ocupado, antes, de certa forma, por voluntários ou por pessoal com menos qualificação. A introdução de mudanças nas instituições de assistência era um dos principais objetivos dos assistentes sociais, embora não se pensasse ainda em transformação das estruturas sociais. A luta pelas mudanças nas ações assistenciais, reconhecida como uma característica positiva da nova profissão, causou certas dificuldades no exercício profissional. Algumas instituições sociais, temendo “a crítica de seus serviços e a devassa de suas falhas” apresentaram, no início, restrições em aceitar alunos do Serviço Social como estagiários. Contornada essa situação, as instituições abriram suas portas à ESSPA (REIS, 1953, p. 4).

A presença dos assistentes sociais nas instituições públicas e particulares causava reações e resistências, porque se tentava de modificar os padrões de atendimento, tanto em relação à clientela, como na organização dos serviços e na relação entre as instituições e o meio social mais amplo. Em consequência do trabalho dos assistentes sociais, foram introduzidas importantes inovações nas instituições estatais, nas áreas do Trabalho e Ação Social, Justiça, Saúde, Educação, Habitação e outras. Segundo depoimentos, os assistentes sociais colaboraram, inclusive, na elaboração da plataforma política de candidatos a vereadores, a prefeitos e a governadores.

Os assistentes sociais transmitiam ao seu ambiente de trabalho as preocupações e proposta de políticas de ação, capazes de enfrentar as expressões da questão social e os seus efeitos sobre as camadas desprotegidas da população. Nessa perspectiva, tornava-se inadequado o atendimento individual e a assistência praticada nas instituições sociais. Havia necessidade de uma ação mais ampla sobre o meio social, principalmente junto ao meio político. Nesse sentido, os assistentes sociais dos primeiros tempos exerceram uma liderança importante no Estado, como avalia um profissional daquela época.²²

A situação se modificou, com os avanços das ciências humano-sociais e a introdução de uma “visão social” nas demais profissões, com as quais o assistente social interage no exercício profissional. A atuação mais eficaz em fenômenos psicossociais, econômicos, culturais e políticos foi exigindo, cada vez mais, a união de esforços e a formação de equipes

²² Depoimento 15, com ex-aluna e professora da Faculdade de Serviço Social da PUCRS, em entrevista realizada em 1990.

interdisciplinares, em que o assistente social foi situando-se, compartilhando com os outros de “um mesmo corpo de conhecimentos, derivados das ciências sociais e do comportamento” (FALCÃO, 1977, p. 18), muitas vezes fazendo uso de métodos e técnicas de intervenção semelhantes.

O prestígio da nova profissão crescia e os assistentes sociais eram logo absorvidos pelo mercado de trabalho público e particular. Com o empenho pela conquista de espaço profissional, em poucos anos já se registrava uma grande expansão do Serviço Social em território gaúcho, ultrapassando, inclusive, suas fronteiras. Em 1953, já havia Serviço Social organizado em 26 instituições sociais de Porto Alegre, que cobriam campos sociais distintos, tais como: Campo Médico (hospitais e centro de saúde), Institutos de Previdência, Associações de Assistência (SESI, SESC, LBA), Fábricas, Habitação, Educação (Serviço Social Escolar), Campo Jurídico, Penitenciário, Rural e outros. Naquela época, o Serviço Social, por ação dos egressos da Escola de Serviço Social de Porto Alegre, difundia-se em vários municípios gaúchos e aos Estados de Santa Catarina e Paraná, abrindo novos campos para o exercício da profissão.

Os novos profissionais haviam fundado, em 1949, a seção do Rio Grande do Sul da Associação Profissional dos Assistentes Sociais, com o objetivo de promover a elevação do prestígio da profissão e de defender seus interesses, associado-se aos demais núcleos da Associação Brasileira de Assistentes Sociais. A Escola de Serviço Social participava da Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social e se fazia representar em Congressos Nacionais e Internacionais na área.

Esses processos de legitimação e institucionalização do Serviço Social como profissão e o reconhecimento da ação de seus profissionais no sul não podem ser analisados isoladamente. Eles ganham sentido, se estabelecermos a ligação com processos semelhantes ocorridos nos grandes centros do País, onde os efeitos da política social e populista do governo de Vargas foram mais notórios. A implantação dos órgãos centrais e regionais da previdência social, a reorganização dos serviços de saúde, educação, habitação e assistência, a criação do SENAI, SESI, SENAC, SESC, LBA e outros serviços ampliaram de modo significativo o mercado de trabalho para os profissionais da área social. O Serviço Social, como profissão e como ensino especializado, beneficiou-se com esses elementos históricos conjunturais. Ao mesmo tempo em que se ampliava o mercado de trabalho, criavam-se as condições para uma expansão rápida das escolas de Serviço Social.

Do lado do governo federal e dos governos locais, os projetos de criação de escolas de Serviço Social recebiam todo o apoio, porque havia necessidade de pessoal especializado para

trabalhar nas instituições estatais criadas em resposta à questão social latente. Esse apoio justificava-se também porque a proposta de preparação profissional das escolas de Serviço Social, com raras exceções, era de orientação católica e, na época, havia sintonia entre essa orientação e a do governo.

Assim, o Serviço Social foi-se consolidando e os profissionais se afirmavam como agentes do Estado, estreitamente ligados ao aparato institucional. O exercício profissional passou a ser desenvolvido predominantemente nas instituições públicas, condicionados pelas diretrizes de política social emanadas do governo populista, que reforçavam a prática assistencialista e a busca de consenso entre às classes. Essa prática, além de não trazer a solução para os problemas sociais, aumentava a submissão da classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que permitia um comportamento autoritário e controlador dos que detinham o poder.

Dentro desse contexto, e com a formação disponível, os profissionais de Serviço Social não tinham o instrumental teórico de que hoje se dispõe para a crítica do processo de relações sociais que se estabelece na sociedade. Orientando-se, basicamente, pela doutrina social da Igreja Católica, sua compreensão do social se encontrava de certa forma limitada.²³ Houve, entretanto, uma modificação nessa tendência pela influência dos pensadores cristãos progressistas, como Emmanuel Mounier (1976), Joseph Lebet (1963) e outros.²⁴

Os assistentes sociais ligados à Ação Católica beneficiaram-se dessas influências para a formação de sua consciência crítica da realidade social. Por outro lado, as ciências também estavam avançando em suas descobertas. Na busca de estatuto de cientificidade, o Serviço Social passou a incorporar de forma crescente os conhecimentos das ciências sociais aos procedimentos profissionais. Registrou-se, outrossim, um trabalho intenso dos pioneiros da profissão, no sentido de conseguir o reconhecimento do Serviço Social pela sociedade. Essa tarefa era de fundamental importância, na medida em que se considerava que a autonomia científica de uma profissão só seria atingida quando ela alcançasse a sua identidade específica (MARTINELLI, 1978).

²³ A Doutrina Social da Igreja se expressava oficialmente pelas chamadas encíclicas sociais emitidas pela Igreja Católica até a época em estudo. Podem ser citadas as encíclicas *Rerum Novarum*, de 1891 e *Quadragesimo Anno*, de 1931. Posteriormente foram escritas e divulgadas outras encíclicas como: *Mater et Magistra*, de 1961, e a *Pacem in Terris*, de 1963, ambas de João XXIII; a *Popularum Progressio*, de Paulo VI, em 1967; a *Laborem Exercem*, de 1981; a *Sollicitudo Socialis*, de 1987, e a *Centesimus Annus*, de 1991, comemorativa do centenário da *Rerum Novarum*. Todas as três últimas lançadas por João Paulo II.

²⁴ Muitos assistentes sociais militantes da Ação Católica seguiram uma trajetória semelhante à daqueles intelectuais. A partir da contribuição daqueles pensadores católicos progressistas, realizou-se a passagem de uma visão tomista, considerada fixista, para uma concepção evolutiva e, posteriormente, para uma visão histórica.

Com essa finalidade, foram fundadas a Associação Brasileira de Escolas de Serviços Social e a Associação Brasileira de Assistentes Sociais (1946); as associações profissionais de assistentes sociais (a partir de 1954); os sindicatos de assistentes sociais (a partir de 1956); o Conselho Federal de Assistentes Sociais e os conselhos regionais de assistentes sociais, criados em 1962 (BRASIL, 1962). Essas entidades, juntamente com os profissionais e com as escolas de Serviço Social, conseguiram o reconhecimento do Serviço Social como ensino de nível superior e a definição das prerrogativas dos portadores dos diplomas (BRASIL, 1953), a regulamentação da profissão de Assistente Social (BRASIL, 1957) e o disciplinamento e fiscalização da profissão (BRASIL, 1962).

As conquistas legais não significaram, entretanto, o reconhecimento da profissão pela sociedade, da forma como era pleiteado. Os assistentes sociais viram-se obrigados a continuar, nas décadas seguintes a luta pela sua identidade e especificidade profissional, em meio às outras profissões da área humana e social.

Considerações finais

A necessidade de formar os trabalhadores sociais e de romper com as práticas assistencialistas de ajuda suscitou a criação de cursos de Serviço Social no Brasil, em meados da década de 1930. Como ocorrera na época dos pioneiros, em outros países, continuavam em discussão, entre os primeiros profissionais brasileiros, as questões: Como se educam os que trabalham no campo social? Que conhecimentos sobre o homem e sobre a realidade social precisariam ser mobilizados? Que postura e habilidade seriam necessárias aos novos profissionais? O que era peculiar ao Serviço Social no quadro das profissões universitárias que atuavam no campo social? Que tipo de profissional se pretendia formar – para quem, como e para quê?

A resposta a essas questões envolvia valores, visões de mundo, ideologias. Se toda a ação do homem está impregnada de valores, em se tratando de uma ação no campo das ciências humanas, com maior exigência são invocados os princípios e valores que dão sentido aos métodos e técnicas utilizadas.²⁵

²⁵ Todos os atos humanos, conforme Ladière, são movidos por interesses, modos de ver, maneiras determinadas de colocar em perspectiva e de interpretar, que lhes confere forma específica. São os valores que hierarquizam os modos de conhecimento e, mesmo, os conteúdos de conhecimento: também são eles que inspiram os sistemas expressivos e que subentendem as formas simbólicas que, em suma, servem-lhes de mediações sensíveis (LADRIÈRE, 1979). Se os valores orientam de tal forma a vida social, faz-se necessário um contínuo questionamento em relação aos valores que permeiam a ação profissional (FALCÃO, 1977).

A ação profissional e a educação para essa ação desenvolvem-se, entretanto, numa determinada sociedade e num dado momento histórico. Acompanhando a dinâmica da sociedade, as exigências ético-normativas mudam de uma época para outra, assim como os conhecimentos, métodos e técnicas envolvidos na ação e na preparação de profissionais para essa ação.

A orientação e os valores da Escola de Serviço Social de Porto Alegre refletiam, em 1945, a visão de mundo de seus fundadores, pertencente à elite católica gaúcha. Na explicitação da proposta pedagógica da Escola, como foi acentuado anteriormente, houve a colaboração do Instituto Social do Rio de Janeiro, introduzindo no curso uma concepção de Serviço Social e de formação profissional de origem européia, que marcaria a primeira fase do Serviço Social gaúcho.

A preocupação com a participação demonstrava que não se desejava a continuidade de um assistencialismo paternalista, tutelar e demagógico, mas se propunha que, num processo educativo e democrático, se envolvesse a população na vida social. Numa época em que o País voltava à democracia, depois do longo período de autoritarismo do Estado Novo, era pertinente essa proposta de participação.²⁶

Esses objetivos de formação do assistente social, bastante amplos, que atribuem ao profissional responsabilidades que iam do atendimento direto ao nível político, configuram o “Modelo de Ação Social”, de origem franco-belga, que foi predominante na primeira fase da história do Serviço Social brasileiro. A implantação de uma prática social segundo esse modelo vinha encontrando muitas dificuldades no Brasil, desde a década de trinta.

Outros assistentes sociais conseguiram, entretanto, introduzir mudanças nos padrões de atendimento das obras sociais particulares e dos serviços públicos de assistência. O trabalho em nível político sempre fora mais árduo; no entanto, encontrara sérios entraves pela carência “de uma tecnologia específica de Serviço Social e por dificuldades de ordem política nacional interna”, como afirma Almeida (1978, p. 74).

Mesmo assim houve assistentes sociais atuando nesse nível, seja gerenciando junto aos poderes legislativos e executivos, ou assessorando políticos e candidatos, tendo alguns, segundo Kfoury, militado politicamente, assumindo outras funções políticas (KFOURI, 1983, p. 27).

²⁶ Em 1945, vivia-se a redemocratização do País. Os partidos políticos, dissolvidos desde 1937, reorganizavam-se, juntamente com toda a sociedade. Os católicos lançaram o “Manifesto pela Ordem Social Cristã”, orientando seus seguidores sobre a organização dos partidos, incluindo nos seus programas os princípios da Doutrina Social da Igreja, propondo soluções para as problemáticas sociais. Nesse manifesto encontravam-se várias referências à liberdade, à democracia e à participação na vida social. A ESSPA, ligada à elite católica gaúcha, refletia as idéias do grupo naquele momento histórico.

O Serviço Social brasileiro assimilou e reproduziu inicialmente os conhecimentos vindos da Europa. A Escola de Serviço Social de Porto Alegre recebeu, quase simultaneamente, a orientação filosófico-idealista do Serviço Social europeu e o modelo cientificista-técnico do Serviço Social americano. Essas influências repercutiram na definição de sua proposta pedagógica e orientaram a organização curricular e a vida da Escola nos primeiros tempos.

Referências

- ALMEIDA, Anna Augusta de. *Possibilidades e limites da teoria do Serviço Social*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.
- ANAIS da V Sessão das Semanas de Ação Social, sob o título de Problemas Sociais contemporâneos. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1945.
- BOEIRA, Nelson. O Rio Grande de Augusto Comte. In: *RS: cultura e ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.
- BRASIL. Lei n. 1889 de 13 de junho de 1953. Dispõe sobre os objetivos do ensino do Serviço Social, sua estruturação e ainda as prerrogativas dos portadores de diplomas de assistentes sociais e agentes. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 20.6.1953.
- _____. Lei n. 3.252 de 27 de agosto de 1957. Regulamenta o exercício da profissão de Assistente Social. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 14.08.1957.
- _____. Decreto n. 994 de 15 de maio de 1962. Regulamenta a Lei n. 3.252. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 1962.
- BULLA, Leonia Capaverde. *Serviço Social, Educação e Práxis: Tendências teóricas e metodológicas*. Tese de doutorado. Porto Alegre: PPG – FACED/UFRGS, 1992.
- CERQUEIRA, Eugênia da Gama. *O Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo*. Revista Serviço Social, São Paulo, n. 33, p. 149-173, jun. 1944.
- CURY, Jamil. *Ideologia e educação brasileira: católicos e liberais*. 2. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1984.
- FALCÃO, Maria do Carmo B. de Carvalho. *Serviço Social uma nova visão teórica*. São Paulo, Cortez & Moraes, 1977.
- FALEIROS, Vicente de Paula. *Política Social do Estado capitalista: as funções da previdência e assistência sociais*. São Paulo: Cortez, 1980.
- FERREIRA, Ernani de Paula. Serviço Social. Serviço de apóstolo. Revista *Serviço Social*, São Paulo, v. 1, n. 1. p. 6-7, jan. 1939.
- FLORES, Moacyr. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *A política social brasileira: 1930-64. Evolução institucional no Brasil e no Rio Grande do Sul*. Fundação de Economia e Estatística. Porto Alegre, 1983.
- GENRO, Tarso Fernando. RS. tradição jurídica e relações políticas: um estudo introdutório. In: *RS: cultura e ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

- GOLDMANN, Lucien. *Epistemologia e filosofia política*. Lisboa: Presença 1984
- IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1983.
- GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.
- KFOURI, Nadir Gouvêa. Depoimento: História do Serviço Social no Brasil. In: Serviço social e Sociedade, São Paulo, n. 12, p. 27, 1993.
- KRUG, J. G., BULLA, J.; GAZZOLA, T. *A institucionalização do Serviço Social no Rio Grande do Sul*. Serviço Social & Buenos Aires: ECRO, 1970.
- LADRIERE, Jean. *Os desafios da racionalidade: o desafio da ciência e da tecnologia às culturas*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- LEBRET, L. J. *Manifesto por uma civilização solidária*. 4. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1963.
- LIMA, Arlete Alves. *Serviço Social no Brasil: a ideologia de uma década*. São Paulo: Cortez, 1982.
- LUCAS, Maria Elizabeth et al. *RS: cultura e ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.
- MARITAIN, Jacques. *Humanismo integral: uma visão nova da ordem cristã*. São Paulo: Nacional, 1936.
- MARTINELLI, Maria Lúcia. *Modelos de ensino de Serviço Social: análise crítica*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978.
- MOUNIER, Emanuel. *O personalismo*. 4. ed. Lisboa: Moraes 1976.
- PEREIRA, Aylida Farias. *Aspectos do Serviço Social no Rio de Janeiro*. Revista Serviço Social, São Paulo, n. 31, 1943.
- PASQUALINI, Alberto. *Bases e sugestões para uma política social*. Rio de Janeiro. São José, 1958.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A burguesia gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho*. (RS: 1889-1930). Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
- PINTO, Celi Regina J. *Positivismo. Um projeto político alternativo*. (RS: 1889-1930). Porto Alegre: L&PM, 1986.
- REALI, Cristina Fernandes. *A marca feminina na profissão de assistente social. Um estudo da realidade de Porto Alegre*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: FACSS/ PUCRS, 1989.
- REIS, Mário. *Discurso de formatura da 1ª turma da Escola de S.S. de PA*. In: Anuário de 1948. Porto Alegre: PUCRS, 1949.
- RODRIGO, Maria Bernadete Martins. *As entidades assistenciais do Rio Grande do Sul*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: FACSS/PUCRS, 1988.
- SPALDING, Walter. *Pequena história de Porto Alegre*. Porto Alegre: Sulina, 1967.
- VIEIRA, Balbina Ottoni. *As primeiras lutas, as primeiras organizações*. Entrevista realizada por Myriam Veras Baptista. Serviço Social e Sociedade. São Paulo, Cortez, n. 12. ago. 1983.